



**0 PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CMAS**

ATA Nº 05/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos treze dias do mês de março do ano de 2025, o Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se em reunião ordinária, na sede do Fundo Social de Solidariedade, localizado à Rua Treze de Maio, nº 2.183, Centro, no horário das 8h30m, sob a Presidência do Sr. Marcos Leonardo Rozin, com a presença dos seguintes Conselheiros: Bianca Gomes F. Figueredo, Camila Minatel Veronez, Corina D.C. Garcia dos Reis, Ires Ap. Matos Araújo Bertin, Fátima Ap. Silva Aurélio de Campos, Fabiana Cristina Paulino, Gabriela Cristina de Oliveira, Hilciléia Cristina de Campos Scatollini, Maira Cristina Soares, Marcilei Aparecida Conradi Villar, Marilene Gomes Oliveira, Talita Noé Souza, Wagner Roberto Nascimento, tendo a participação dos técnicos da SMADS: Douglas B. G. dos Santos, Daniele P. Gil, Mileni Arantes Varisi, Lívia D. Roberto Pacheco, Mariana da Silva Saragon, Mara Bertolazo Barros Micelli, Mariágela C. de Souza, Camila Minatel Veronez, Josiara Texeira da Silva, Ana Carolina Gallego Rocha. Com a palavra o Presidente agradeceu a presença de todos, relatou sobre o convite realizado a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os profissionais do SUAS para participação dos técnicos nessa reunião, que tem por objetivo ouvir os técnicos a respeito das dificuldades e necessidades de cada um, para o fortalecimento das políticas públicas do município, informando que a Assistência Social ainda não possui um Plano Municipal de Assistência Social, desta forma esse diálogo busca iniciar o planejamento da Conferência Municipal de Assistência Social, a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para os próximos quatro anos, o fortalecimento e formulação de políticas públicas de Assistência Social tão necessárias ao município, com os encaminhamentos necessários ao órgão gestor para elaboração do PPA. Informou que a pauta sobre as pendências do Lar de Transição, referente a última reunião ficará para discussão na próxima ordinária, haja vista a complexidade do tema do dia. Dando início ao primeiro item da pauta que trata do Planejamento das Ações para Conferência de 2025, disse que a ideia é ouvir os profissionais, com período de tempo estimado em três minutos por técnico, para que cada um coloque as necessidades, dificuldades, propostas, sugestões, pois a política pública só se constrói com a participação de todos. O Presidente deu início aos trabalhos perguntando quem gostaria de iniciar e Camila Minatel Veronez se manifestou, disse que gostaria de contribuir, informou que atuava na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que recentemente foi transferida para a SMADS, atuando agora no Centro de Referência de Assistência Social - Cras da Santa Fé, que observava o trabalho indiretamente e agora o enxerga diretamente, explanou sobre a falta de gestão na Assistência Social, que a Pasta possui excelentes profissionais, mas anda a passos de formiga, relatou que recentemente houve conquistas como a contratação de profissionais que se solicitava há anos, a aquisição de veículos, mas quanto ao restante como a valorização dos profissionais e o desenvolvimento da gestão deixam a desejar, pois os técnicos que estão na linha de frente não conseguem efetivar as ações, devido não haver planejamento, colocou que o problema não é do técnico, mas da gestão e que isso vem de anos, que vamos para Conferência e debater as mesmas deliberações anteriores, implantação de Cras na Zona Norte, na Zona Sul. Os Técnicos falam das necessidades, delibera-se nas Conferências, mas não pode parar por ai, é preciso que o Gestor Municipal e todos os envolvidos na gestão colaborem para que a Conferência Municipal desse ano seja realmente um divisor de águas. O Presidente agradeceu a

colocação de Camila Minatel Veronez e disse que gostaria de aproveitar a fala pertinente da técnica e discorrer as deliberações estabelecidas na IX e na X Conferência Municipal de Assistência Social, informou que nesse momento fará a leitura do Relatório da IX Conferência Municipal de Assistência Social que contém com as deliberações da ocasião, sendo, **EIXO I: 1º-** Criação de uma equipe efetiva e exclusiva para administração do Fundo Municipal de Assistência Social, subordinada a Secretaria Municipal de Promoção Social, composta por Contador, Advogado Assistente Social e Administrativo, responsáveis pelo planejamento, elaboração, e monitoramento em parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social; **2º-** Ampliar a oferta de Serviços de Longa permanência para Idosos, implantar o Serviço Institucional na modalidade de Longa permanência para idosos que necessitem de atendimento grau de dependência III, direcionado ao idoso em situação vulnerável, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e sem condições de prover sua própria subsistência; **3º-** Realização de Diagnostico Social para identificação das demandas. **EIXO II: 1º-** Criação de Lei Municipal para centralizar na Secretaria Municipal de Promoção Social a elaboração e efetivação das licitações de compras realizadas com recursos provenientes da esfera Estadual e Federal para a Assistência Social; **2º-** Ampliar o cofinanciamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, a fim de aprimorar o atendimento de contingências sociais de famílias e indivíduos. **EIXO III: 1º-** Implantar a Casa dos Conselhos com a estrutura administrativa necessária; **2º-** Promover a Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS. **EIXO IX: 1º-** Ampliar a oferta de serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos territórios, voltados a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; **2º-** Assegurar o cumprimento da NOB RH SUAS, através de criação de cargo de Coordenação de Serviços, com a realização de Concurso Público, garantindo a contratação de equipe técnica efetiva, a fim de que esses possam ser executados; **3º-** Reorganizar os serviços da Assistência Social com base no território, almejando a criação de um Cras Central e outro na Zona Norte do município, em conformidade com a NOB RH SUAS; **4º-** Implantação do Serviço de Acolhimento para mulheres e seus filhos vítimas de violência. Prosseguindo explanou sobre as deliberações para o Estado: **EIXO II:** Ampliação financeira das Verbas do Estado; Flexibilização dos recursos financeiros Estaduais. **EIXO IX –** Fortalecer os programas de Ação Jovem e Renda Cidadã. **EIXO V:** Complemento Financeiro para os Benefícios Estaduais. Finalizando discorreu as proposições Federais, **EIXO II:** Recursos financeiros para expansão dos equipamentos de Assistência Social: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Flexibilização dos Recursos Financeiros. **EIXO V:** Aumento do Recurso Financeiro para execução dos Benefícios Eventuais. Ao finalizar enfatizou que essas foram as deliberações da Conferência do ano de 2021. Camila M. Veronez pediu a palavra dizendo que concomitante as deliberações explanadas em âmbito federal o Governo Federal implantou o Programa Pé de Meia e que tratando-se da flexibilização dos recursos é necessário saber utilizá-los. Lívia D. Roberto Pacheco relatou sobre a morosidade do andamento dos processos, que gostaria de entender a dificuldade, nesse momento Josiara Texeira da Silva complementou que é necessário que a Secretária verifique e tente resolver a questão com a gestão pública. O Presidente colocou que a fala da Camila é muito é muito pertinente quando coloca a necessidade de organização e planejamento, disse que faria a leitura das deliberações da X Conferência e após todos poderiam se manifestar. Dando Prosseguimento realizou a leitura do Relatório que contém as deliberações da X Conferência Municipal de Assistência Social: **EIXO I FINANCIAMENTO –** Proposta em Âmbito Municipal: **1º-** Criação de do CRAS na Zona Norte e Zona Sul; **2º-** Implantação da Vigilância Socioassistencial; **3º-** Credenciamento em consórcio para acolhimento de mulheres vítimas de violência; **4º-** Financiamento do aluguel social; **5º-** Município custear passe público para usuários dos serviços; **6º-** Implantação De Centro de Referência da Juventude; **7º-** Criação de cargos de acordo com a NOB-RH SUAS; **8º-** Criação de uma legislação municipal para dedução de impostos para empresas que contratasse usuários encaminhados pela assistência; **9º-** Financiamento de cursos Profissionalizantes. **PROPOSTAS**

EM ÂMBITO ESTADUAL: 1º- Financiar cursos Profissionalizantes para os usuários do SUAS; 2º- Flexibilização da destinação dos recursos estaduais; 3º- Seguir a mesma regra de reprogramação automática do governo federal; 4º- Correção anual do repasse estadual de acordo com a inflação; 5º- Garantir repasse dos recursos estaduais em janeiro. **PROPOSTAS EM ÂMBITO FEDERAL:** 1º- Reativar a parceria com o Pronatec; 2º- SUAS financiar cursos profissionalizante; 3º- Flexibilização dos recursos Federal; 4º- Aprovação da PEC 383/17 que fixa 1% do orçamento para a Assistência Social; 5º- Implantar o piso salarial do Assistente Social e do Psicólogo no âmbito do SUAS; 6º- Garantir repasse de recursos em janeiro. **EIXO II – CONTROLE SOCIAL - PROPOSTAS EM ÂMBITO MUNICIPAL:** 1º- Promover ampla divulgação das reuniões realizadas do Conselho Municipal de Assistência Social – através dos meios de comunicação (rádio, redes sociais e panfletos); 2º- Reuniões descentralizadas e híbridas (virtuais, reuniões itinerantes e presenciais), para garantir uma participação social mais efetiva, com cronogramas; 3º- Desenvolver uma articulação com a política de educação para construção de projeto político pedagógico para conhecimento de direitos e deveres; 4º- Desenvolver uma linguagem mais acessível ao público jovem e adolescente, (através de redes sociais, *reels* curtos e atrativos), buscando o envolvimento deste público ao tema dos Direitos Sociais; 5º- Criação da Casa do Conselho com recurso humano próprio; 6º- Criação de canal aberto para recebimentos de ideias e denúncias da população, referente aos programas de transferência de renda. **PROPOSTA EM ÂMBITO ESTADUAL:** 1º- Criação de uma política Estadual para implantação das Casas do Conselho e subsídios para sua manutenção. **PROPOSTA EM ÂMBITO FEDERAL:** 1º- Financiamento para implantação e manutenção das Casas dos conselhos. **EIXO 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGUIMENTOS PROPOSTAS EM ÂMBITO MUNICIPAL:** 1º- Divulgação do Sistema de Garantia de Direitos (serviços de acolhimentos criança/adolescente/adulto/idoso, NA, AA, saúde, educação, educação especial, esporte, meio ambiente, cultura, etc); 2º- Diagnóstico do território no âmbito micro e macro, para propostas de acordo com a demanda territorial; 3º- Criação de rede socioassistencial como política pública e municipal em nível micro (bairro), com participação dos representantes do bairro; 4º- Articulação com comércio e indústria para vagas direcionadas aos usuários da proteção social básica, média e alta complexidade, nos moldes do PCD; 5º- Informatização da SMADS, com acesso liberado por senhas distintas á rede socioassistencial; 6º- Qualificação do profissional do SUAS para acompanhamento a articulação do seguimento; 7º- Destinar um percentual da verba impositiva, da câmara municipal, para projeto voltado a articulação de rede (formação continuada, palestras e capacitação; 8º- Participação do Prefeito, Secretários e Vereadores ou representantes nos bairros com representantes dos usuários para articulação de propostas. **EIXO 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTAS EM ÂMBITO MUNICIPAL:** 1º- Que o Município possa participar do processo de avaliação para as pessoas que recebem benefício de transferência de renda; 2º- Disponibilidade de atendimento em período integral dos serviços da Assistência; 3º- Retomada e reestruturação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); 4º- Implementação de todos os benefícios previstos na lei municipal do SUAS; 5º- Residência inclusiva para PCD. **EIXO 5 – BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA - PROPOSTAS EM ÂMBITO MUNICIPAL:** 1º- Efetivação da lei de Benefício Socioassistenciais (Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Auxílio Calamidade Pública e Auxílio Alimentação); 2º- Divulgação do resultado das propostas da Conferência de Assistência Social anterior para que se possa verificar quais propostas foram efetivadas; 3º- Criar um Benefício Social Municipal como forma de auxílio financeiro a famílias em situações específicas de vulnerabilidade identificada pela rede municipal que não se enquadram nos critérios para receber outros benefícios; 4º- Desenvolver uma forma de educação continuada sobre Gestão Financeira para os assistidos por Benefícios Socioassistenciais. **PROPOSTAS EM ÂMBITO ESTADUAL:** 1º- Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos itens da cesta básica a partir de avaliação nutricional; 2º- Efetivação do Programa de Transferência de Renda “Ação Jovem” e aumento do valor do benefício; 3º- Efetivação do Programa de Transferência de Renda “Renda Cidadã” e aumento do

valor de acordo com a inflação. **PROPOSTAS EM ÂMBITO FEDERAL:** 1º- Aumentar a renda per capita para o Benefício de Prestação Continuada – BPC; 2º- Liberação mensal do Benefício do Auxílio Gás; 3º- Desenvolver uma parceria entre a Política de Assistência Social e Desenvolvimento Social e Econômico para melhorar a adesão ao mercado de trabalho; 4º- Desenvolver políticas públicas para inserção mais efetiva de pessoas em situação de rua, dependentes químicos, adolescentes autores de atos infracionais e egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho. Finalizando o Presidente perguntou quem gostaria de iniciar a fala e Mileni Arantes Varisi pediu a palavra, se apresentou, informou que retornou recentemente para o município e inicialmente gostaria de contribuir e informar que a CIB deliberou pela flexibilização dos recursos estaduais e verifica que seria de suma importância manter a discussão e deliberação nesse sentido. Agradeceu ao Presidente do CMAS pelo convite para participar desse momento democrático, relatou que nesse pouco tempo que esteve com a equipe SUAS do município, observou que a mesma se encontra fragilizada, que os técnicos estão fragilizados, que está para defender os colegas, pois se há união, algo maior pode acontecer. Disse que os técnicos precisam se unir, discutir as questões que acham importante, que enquanto técnicos é necessário fazer o melhor com o que se tem, enquanto não se tem o melhor. Que se faz necessário fortalecer o SUAS, promover a Educação Permanente para todos os trabalhadores do SUAS, pois todos precisam entender as especificidades do seu território, entender o que estão fazendo e porque estão ali, entender sobre a utilização dos recursos mais eficientes, mas se não houver união, se não for dada voz a isso, vai permanecer o que se tem. Falou sobre a necessidade de se explicar ao Gestor Público, aos Vereadores, as Secretarias de competência porque os procedimentos tem que ser ageis. Mencionou que o Governo Federal deixará de repassar recurso aos municípios que devolvem recurso público. Livia D. Roberto Pacheco disse que no exercício anterior tentaram conversar, mas não houve resultado, que quando sugeriu de todos os técnicos irem falar com o Prefeito, não foi aceito pela maioria. Nesse momento Camila M. Veronez falou que a mudança se trata de um trabalho de conscientização, que tem que ser realizado. Ana Carolina Gallego Rocha relatou que iria participar de um curso, que fez todos os documentais e trâmites necessários, mas por alguma razão não foi concluído e consequentemente não participou do curso. Josiara Texeira da Silva disse que estamos em três meses de novo governo e pela primeira vez que se tem esse espaço coletivo, que foram feitas falas para as equipes dos equipamentos, mas distintas e individuais. Mileni Arantes Varisi colocou a importância desse momento, da estruturação da rede socioassistencial e após a rede intersetorial, no sentido de entender que o cidadão que acessa nossos serviços é problema de todos, que a Prefeitura Municipal tem um único CNPJ. Enfatizou que não tiver intersetorialidade nada vai se efetivar, que é momento dos profissionais se unirem em ação, que dentro da Política de Assistência Social somos todos iguais, com suas particularidades, ratificou que é necessário que os profissionais se unam e que enquanto técnicos se possui o Código de Ética Profissional, que é através do posicionamento, da equidade, da justiça social que se faz política pública, nas participações, nas deliberações, na perspectiva de atender melhor o usuário. Finalizando disse que gostaria de enfatizar que os funcionários estão fragilizados. Livia D. Roberto Pacheco relatou que os profissionais só querem ser ouvidos, que ninguém quer fazer motim ou algo parecido, mas sim quer contribuir. Camila M. Veronez disse concordar com a fala da Livia e Josiara Texeira da Silva acrescentou a necessidade de fortalecer a rede socioassistencial e dar voz a essa política chamada SUAS, salientando que a pauta da Conferência saia do papel e se efetive. Marilene Gomes Oliveira sugeriu de se fazer a Conferência com essas demandas, que é preciso reforçar a união da rede para que funcione de fato. Com a palavra Josiara Texeira da Silva explanou que no momento está na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Justiça, mas enquanto técnica no Cras da Vila São Pedro observou a dificuldade do Serviço de Proteção Básica, que gostaria de iniciar pela leitura do Presidente quanto as deliberações das Conferências, de como todas as deliberações são as mesmas, se prestar atenção elas denotam a necessidade emergente, quando se observa vão se fundindo e da há entender que não foi compreendida pela

gestão, desta forma se observa que foi meramente protocolar, talvez por casar com ideias políticas, pois tem um rito que norteia implantação de políticas públicas e nunca aconteceu, pois nenhuma gestão discutiu as deliberações das Conferências Municipais. Como também falas que não foram realizadas, que o recurso estava lá, mas tudo isso pode estar relacionado com ideias da gestão e da população, comprar um montante de cestas básicas, que foram compradas, que até quebrou o as divisórias do CRAS, sendo que até serviços braçais a equipe fez, o comprometimento dos profissionais é essencial, mas é nítido que queremos que a Assistência Social caminhe, ninguém quer cargos, foram apresentados e ninguém aceitou. Lívia D. Roberto Pacheco falou sobre a drogadição, das reuniões que não se efetivaram. Josiara Texeira da Silva colocou que nem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos vem sendo ofertado aos usuários, que algumas vezes para colocar um usuário em segurança é feita troca do atendimento do mesmo em um determinado local por cesta básica. Lívia D. Roberto Pacheco disse que a situação de vagas em ILPIs para idosos Grau III, que chegou a ser pauta do CMAS, mas até o momento não houve solução. Hilciléia Cristina de Campos Scatollini colocou que a leitura do Presidente entra na parte de gestão, que se o Secretário (a) não está preparado acaba engavetando, que ficou dez anos na linha de frente de atendimento, há um mês veio para gestão e verificou que não tem um Plano Municipal de Assistência Social no município, que precisa de uma construção coletiva, pois quem executará são os técnicos. Enfatizou que o Plano de Atividades deveria ser construído com todos os integrantes dos equipamentos, pois é feito planejamento financeiro, mas quando chega na administração volta com cortes e como isso pode ser resolvido. O Presidente explicou que cortes não podem ser realizados sem a anuência do Secretário, não se pode permitir que uma pessoa que não seja da gestão da SMADS realize cortes da previsão orçamentária. Mariana S. Saragon disse que participou da última Conferência do município no ano de 2015, depois ficou fora, trabalhando em outro município, mas acompanhava as Conferências, enfatizou que as Conferências não é só para o Conselho, tem a participação do Secretariado, as pessoas aqui são as mesmas, mas os Gestores da Pasta e do município precisam participar, para ser uma dupla de peso, tem que andar juntos, o CMAS tem suas atribuições específicas. A Conferência tem que ser planejada com antecedência, não dá para fazer uma Conferência e após apresentar, tem que iniciar as tratativas antes, trata-se de uma questão técnica, é preciso levar ao Prefeito, aos Vereadores, a Secretaria de Finanças, para informar que quem dita o que é feito com os recursos do SUAS é a SMADS. Disse que é necessário fortalecer a relação com a DRADS, que não dá para chegar no mês de março e permanecer dessa forma, levantou a questão da rede, dizendo porque não está estabelecida, sempre caminhou com os técnicos, precisa tecnificar para melhorar, tem que fazer articulações básicas. Argumentou se irá se contratar empresa, quem vai fazer, e se for barrado não é o funcionário que vai resolver, somente o Prefeito pode barrar, argumentou que o CMAS junto com a Secretaria tem que ter essa conversa com o Prefeito. Josiara Texeira da Silva pediu a palavra para esclarecer que com relação ao trabalho em rede, sempre foi técnico, recentemente foi passado a operacionalização da rede aos cuidados da mesma, há registros, o que faltava era respaldo dos Secretários, pois há pontos que necessitam de intervenção dos Secretários. Salientou que as reuniões de rede estão fardadas a ser muro das lamentações, enquanto não forem sustentadas as propostas. Mileni A. Varisi concordou com Josiara, em fazer uma parte a administração pública de publicidade, enquanto não divulgar não teremos voz, tem que dar visibilidade, citou que o Assistente Social foi valorizado na Pandemia. Fomentou que as situações dos usuários são discutidas em reuniões socioassistencial, mas quando envolve outras questões é a rede intersetorial. A Secretaria tem que entender que os técnicos são limitados, quem vai conversar com os demais Secretários são eles, os Gestores das Pastas. Josiara Texeira da Silva comentou sobre a intenção da Camila M. Veronez era trabalhar a micro rede. Em seguida citou a descontinuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, enfatizou que os oficineiros precisam ser concursados para vinculação e continuidade, que se não for possível que as contratações sejam avaliadas tecnicamente, pois houve questões sérias nos grupos do S.C.F.V.. Disse que outra questão recorrente é de cesta básica, que é favorável a

transferência de renda municipal, pois muitos usuários falam “cortaram minha água”, e o técnico fornece cesta básica, e que na impossibilidade da transferência de renda que os itens da cesta básica sejam revistos e incluso materiais de higiene e limpeza, pois como se trabalhar essas questões com famílias que não tem acesso a esses materiais. Disse que desconhece que o profissional de Serviço Social tenha sido incluído em algum Protocolo de Ações e Planejamento de Questões Climáticas no município, tendo em vista que o Código de Ética dos Assistentes Sociais cita que podem ser acionados em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa dos interesses e necessidades, mas não participam nos Protocolos referentes a essas questões no município. Questionou a nova gestão no sentido da não participação dos técnicos para tratar das políticas públicas com a nova gestão, considerando que defendem a técnica. Colocou que antes de qualquer mudança deveria haver um diálogo, para entender o serviço, a política de assistência social e a realidade. Entende que sem esse diálogo e planejamento há um desmonte da Assistência Social, o qual demorou anos para ser construído que não se tem equipe mínima nos equipamentos, conforme a Resolução do CNAS nº 176 de 17/12/2024. Posteriormente Danielli P. Gil, pediu a palavra e relatou que vê a Prefeitura como assistencialista, só entrega cestas básicas, que em que se pese os técnicos fazerem planejamento, não há gestão e nem meios para trabalho. Camila M. Veronez enalteceu a atuação do Conselho frente as dificuldades na última Conferência e que entende as dificuldades atuais, devido as passadas. Que hoje os técnicos dos equipamentos não possuem nem lanche para oferecer aos usuários nas reuniões e palestras, que se faz necessário haver um planejamento para a Conferência, o que será ofertado, pensando em um lanche, café, pois na realidade atual não se tem. Ires Bertin colocou que a situação está deficitária, que essas mudanças deixam a desejar, refletindo na população que se sente perdida, sendo os mais prejudicados, que percebe uma necessidade de estratégia, de planejamento, levando essas necessidades à Gestão, para deixar claro as dificuldades. Josiara Teixeira da Silva reafirmou as necessidades apontadas durante a reunião. Mileni A. Varisi falou que o Governo Federal enxerga o quantitativo, que a contratação de técnicos, ampliação da equipe, implica em recursos. Com a palavra o Presidente disse que gostaria de ter feito a reunião antes, mas que não foram convocados os profissionais, conforme havia sido deliberado anteriormente pelo colegiado e que hoje seria deliberado a constituição da Comissão de planejamento da XI Conferência Municipal de Assistência Social, para que verifiquem acerca de contratação de empresa, questão de transporte, haja vista que na última Conferência houve transporte em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, porém atrasou, ocasionando transtorno aos participantes, como também a questão da alimentação. Nesse momento Mileni A, Varisi sugeriu que a empresa forneça a alimentação. O Presidente disse que criada a Comissão será estabelecida data, local, empresas e demais ações a serem realizadas pelo Conselho. O Presidente salientou que nem todos haviam se manifestado, desta forma foi direcionando para todos se manifestarem. Mariágela C. de Souza disse concordar com tudo que foi falado, o impacto gerado na vida das famílias, a falta de serviços, que a parte do que cabe ao CREAS está sendo feita, mas crianças são acolhidas sem que a família tenha sido atendida na Proteção Social Básica, outra situação é a judicialização das famílias e a culpabilização. Livia D. R. Pacheco falou da importância da participação da população, pois em grupos deram várias sugestões, das relações intersetoriais, das filas de atendimentos de crianças e adolescentes. Josiara Texeira da Silva comentou que em reuniões da rede intersetorial todas essas questões podem ser discutidas. Maira Cristina Soares relatou que sentiu a dificuldade em relação ao transporte, que em um evento realizado através da Cultura em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos em 2024, o qual aconteceria nos bairros, porém foi realizado no Centro de Convenções, sendo que na ocasião Plínio, que secretário na época, conseguiu articular transporte, porém os horários são inadequados, o público-alvo acabou não sendo atingido. Mileni A. Varisi sugeriu a descentralização das reuniões para participação dos usuários. Ires Bertin citou que famílias de demanda emergente estão deixando de levar seus filhos nos atendimentos na APAE por conta de transporte, que antigamente havia a Lei que autorizava o transporte da pessoa com

deficiência. Josiara Teixeira da Silva colocou que essa Lei previa realmente o atendimento de todas as pessoas com deficiência com passe urbano, porém a Lei foi revogada e hoje somente a pessoa com deficiência física é atendida. Nesse momento o Secretário da Pasta Carlos Eduardo da Silva Farias dos Santos adentrou à reunião e posteriormente Mariana S. Saragon falou que gostaria de aproveitar a presença do Secretário para expor o comentado anteriormente na reunião, como a importância da articulação, citou as questões levantadas anteriormente, inclusive da importância de articulação com o setor de compras, relatou sobre a sugestão do Secretário em conjunto com o Presidente do CMAS ir conversar com o Prefeito, pois se não houver essa hierarquização, a tecnicidade do trabalho, nem a Conferência poderá acontecer. Explanou que houve uma situação desagradável no espaço físico do Centro de Convivência do Idoso – CCI, fato que demonstrou o total desconhecimento das atribuições conferidas aos Vereadores. Disse que é preciso reforçar as articulações, o SUAS é Lei regulamentada, ninguém tá inventando a roda. Talita Noé Souza disse que convidou os vereadores para apresentar a sede da Associação Alda Miranda Matheus – AMMA, para conhecer o serviço, desta forma deixar mais claro o serviço prestado, pois há promessas de vagas. Lívia Roberto Pacheco falou sobre a forma que são feitas as mudanças, faltam informações, que geram situações adversas. Talita Noé Souza reforçou a importância da articulação intersetorial. Com a palavra Douglas B. G. dos Santos relatou que faz dois anos que está na SMADS, que nesse período avaliando tecnicamente identificou que parece que a Assistência Social parou no ano de 1.990, e não andou mais, disse que Equipe Técnica, Equipamentos e Casa dos Conselhos é o mínimo que se precisa ter, pediu ao Presidente do CMAS que as falas sejam levadas em consideração. Que é necessário levar as informações ao Prefeito, Vereadores, pois todo final de ano se devolve recurso público por não ser utilizado. O Presidente colocou aos presentes a possibilidade de encaminhamento de cópia da Ata ao Secretário da Pasta, ao Prefeito e aos Vereadores, o que foi concordado pelos conselheiros votantes, também informou que quanto as reprogramações, foi solicitado pelo Colegiado que seja remetido um plano de execução do que será realizado pelo órgão gestor no exercício, sendo solicitado, ainda, que a cada três meses seja remetida comprovação ao CMAS sobre a utilização dos recursos e que na inércia, seriam tomadas providências juntos aos órgãos fiscalizadores internos e externos, conforme deliberado anteriormente e informado ao órgão gestor. Com a palavra Fátima Ap. Silva Aurélio de Campos disse que os problemas são os mesmos, o desconhecimento do executivo sobre os serviços realizados, que precisa chamar os técnicos para conhecer a realidade e que mudanças bruscas causam prejuízos aos próprios atendidos, devido aos vínculos estabelecidos, também pontuou sobre o reflexo do Poder Público na interferência junto das Entidades, com serviços lotados pela ausência de serviços da proteção social básica. Corina D.C. Garcia dos Reis relatou que concorda com a fala da Fátima, falou dos acolhimentos, da ausência de diálogo. Bianca Gomes F. Figueredo relatou que identifica falhas no conhecimento dos serviços, que é necessário criar de um fluxo intersetorial. Talita Noé Souza complementou que seria uma comunicação macro, haja vista que a população não está sabendo das mudanças que estão sendo realizadas pelo órgão gestor, que os atendidos não tem conhecimento, oportunidade em que o Presidente colocou que nem o próprio Colegiado tem conhecimento antecipado. Letícia da Rosa Bavaresco disse que gostaria de não devolver e nem mesmo reprogramar mais recursos vindo do estado ou da união, que haja planejamento eficiente, pois estamos em março e é necessário agilizar para que não ocorra devoluções. Ana Carolina Gallego Rocha explanou sobre a descentralização do Cadastro Único, que devido as mudanças o fluxo de atendimento diminuiu, que os atendimentos foram suspensos por conta da mudança do sistema, pois não será mais através da Caixa Econômica Federal, desta forma necessita de curso para inserção no novo sistema. Falou sobre as reuniões com os usuários e citou as orientações incorretas transmitidas pelos Vereadores a população. Talita Noé Souza sugeriu um documento circular informativo sobre as mudanças e alterações. O Presidente colocou em votação oficial o Secretário sobre a sugestão da Talita, haja vista que o próprio Colegiado só toma conhecimento de mudanças, quando já realizadas, sendo aprovado por unanimidade.

Marilene Gomes Oliveira explanou que o terceiro setor é um braço da SMADS, que os profissionais abraçam as causas e se desdobram, mas não são reconhecidos, muitas vezes chegam usuários que não tem condições de transporte e a OSC auxilia, a equipe se adequa aos horários dos usuários, mesmo estando fora da sua carga horária, disse que ficam abatidos com as situações e os processos de pactuação ficam parados, ocasionando transtorno, acredita que é necessário uma reunião com todos os envolvidos. Douglas B. G. dos Santos comentou que faz atualização do Cadastro Nacional de Entidades da Assistência Social- CNEAS, e que o Trabalho desenvolvido pelas OSCs são de extrema relevância, mesmo com as dificuldades. Mariana S. Saragon relatou que uma das propostas para a Conferência poderia ser o fortalecimento do Terceiro Setor. Josiara Teixeira da Silva comentou que achou curiosa a fala da Marilene, sobre se colocar no lugar do outro, mesmo diante de tudo que estão passando e mais curioso ainda, mesmo diante de tudo que o Presidente leu das deliberações das Conferências, como temos esperança, que para os profissionais presentes, a Conferência seja um divisor de águas e alguma coisa efetivamente mude. Com a palavra o Presidente colocou que esse é o objetivo e principalmente elaborar o Plano Municipal de Assistência Social. Prosseguindo perguntou se alguém mais gostaria de fazer alguma colocação, não havendo manifestação passou ao segundo item da pauta que é a formação da Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social, nesse momento Marcilei Ap. Conradi Villar pediu a palavra e sugeriu que se formasse uma Comissão com representantes do CMAS, Representantes da Proteção Social Básica e Especial, e representantes do Terceiro Setor. O Presidente solicitou que os interessados se manifestassem, ficando a Comissão Organizadora formada por: Marcos Leonardo Rosin, Marcilei Ap. Conradi Villar, Mariana S. Saragon, Mariágela C. de Souza, Marilene Gomes Oliveira, Fátima Ap. Silva Aurélio de Campos e Wagner Roberto Nascimento, Dando continuidade o Presidente apresentou o terceiro item da pauta que trata de Emenda Parlamentar Federal, passando a palavra para Douglas B. G. dos Santos, que relatou tratar-se de uma Emenda Parlamentar Federal GND4 nº 353930120240003, no valor de R\$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais), a qual já aprovada pelo CMAS, porém verificou-se pela OSC que poderia ser adquirido mais itens com o recurso pretendido, desta forma, foi solicitado maiores quantidades dos itens já aprovados anteriormente, Douglas B. G. dos Santos explicou que todas as Emendas Parlamentares são cadastradas no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV, e sempre que ocorre uma alteração se faz necessário aprovação do CMAS. Com o recurso poderá ser adquirido mais itens, sendo: 03 liquidificadores industriais (liquidificador), 02 lavadoras de alta pressão, 03 funcionais de limpeza (carro funcional de limpeza), 02 carrinhos transporte fundo fechado (carro funcional de lavanderia), 12 colchões, 11 chuveiros elétrico (chuveiros), 02 geladeiras comercial (geladeiras) e 05 cadeiras de rodas, conforme Plano de Trabalho anexo, o Presidente colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Mileni A. Varisi sugeriu conversar com a Secretaria de Finanças, pois as Emendas tem prazo para execução. O Presidente informou sobre o e-mail recebido pela DRADS a respeito de capacitação, que o link será encaminhado no grupo de Whast App. O Presidente relatou que o próximo assunto não consta na pauta, mas a Conselheira Maira Cristina Soares gostaria de fazer um convite, passando a palavra a Conselheira falou sobre o evento a ser promovido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Justiça, que convida a todos a participarem das atividades educativas/culturais do Dia Nacional de Luta Contra o Preconceito Racial e das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações de Candomblé na data de 21 de março, com o tema: “MÃE ÁFRICA E SUAS RAÍZES EM NOSSAS VIDAS”, informou que encaminhará a programação no grupo de Whast App, solicitou que os Conselheiros divulgassem para os familiares e amigos. Finalizando o Presidente agradeceu a presença e participação ativa de todos, colocando que esse ano é de Conferência e elaboração do Plano Pluri Anual, que fica aberto o convite para participação de todos nas reuniões ordinárias e principalmente na XI Conferência Municipal de Assistência Social, que são muitos temas a serem trabalhados, que está disponível para ouvir e contribuir na elaboração e efetivação de políticas públicas para o município, em prol de todos os

trabalhadores do SUAS e principalmente dos atendidos. Sem mais assuntos, o Presidente encerrou a reunião, e eu, Marcilei Ap. Conradi Villar, lavrei a presente Ata.

Pirassununga, 13 de março de 2025.

MARCOS
LEONARDO
ROZIN

Assinado de forma
digital por MARCOS
LEONARDO ROZIN
Dados: 2025.03.21
09:48:15 -03'00'

Marcos Leonardo Rozin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Pirassununga, 13 de março de 2025.